
*Identidade nacional ou identidade regional?
O sentido de nacionalidade no conto “O espelho”,
de Machado de Assis*

*Reinaldo Nishikawa**

Resumo: Pretende-se, neste artigo, apresentar algumas possibilidades de interpretação sobre a identidade na obra de Machado de Assis, utilizando, como corpo documental, o conto “O Espelho” – esboço de uma nova teoria da alma humana. Nossa preocupação central é questionar o caráter das interpretações sobre identidade nacional na obra de Machado de Assis, olhando por outro viés, ou seja, procurar entender a identidade dentro de um espaço socialmente condicionado, tentando demonstrar que a identidade cultural de uma obra está, acima de tudo, na legitimação de uma identidade regional.

Palavras-chaves: Machado de Assis, identidade nacional, identidade regional.

Abstract: This work intends to present a few possibilities of interpretation on identity in the work of Machado of Assis, using as a documental corpus the short story “O Espelho” – draft of a new theory of the human soul. The central concern is to question the character of the interpretations on national identity in the work of Machado de Assis by considering another perspective, i.e., trying to understand the identity within a socially conditioned space, and trying to show that the cultural identity of a work is, above all, in the legitimation of a regional identity.

Key words: Machado de Assis, national identity, regional identity.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos (Walter Benjamin).

* Pós-Graduado em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* nishikawar@hotmail.com

A crítica do crítico

Nas obras reunidas de Brito Broca (1983), o autor rechaça alguns comentários críticos por parte de certos estudiosos que exasperam sobre as posições políticas de Machado de Assis. As acusações sobre Machado vão desde seu desinteresse pela nossa realidade político-social, como também

desinteressou-se completamente da natureza, não procurou exprimir o drama geopolítico do Brasil, voltou-se para o Homem na sua acepção universal deixando de um [sic] lado o homem brasileiro. Isto equivale, mais ou menos, a culpar Machado de Assis pelo fato de haver escrito o Dom Casmurro, em lugar de Os sertões (Broca, 1983, p. 27).

As críticas tecidas por Brito Broca são contundentes, pois com toda certeza havia em Machado uma preocupação com a realidade política e social, assim como havia, em suas obras, o interesse pelo momento político em que vivia, seja pelo Abolicionismo, seja pela Nova República que surgia. Entretanto, Broca engana-se ao aviltar as questões “geopolíticas” e do desinteresse do autor de Dom Casmurro pelo homem brasileiro. Importantes obras sobre essas questões ainda povoam nossas bibliotecas, citando apenas os trabalhos de John Gledson, Sidney Chalhoub e Alfredo Bosi, dentre tantos outros.

Também assuntos como Abolicionismo foram tratados pelo autor. Basta-nos, por hora, citar o exemplo de John Gledson quando trata das crônicas escritas por Machado de Assis, sob o nome “Bons Dias!” nas quais Machado faz críticas sobre o posicionamento diante da inevitável abolição e o sempre “mudar para que nada mude” na História do Brasil (Gledson, 1986, p. 124). Sobre a sereníssima República, as crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* nos dão o mote para questionar esses posicionamentos dos críticos.

Outro ponto importante, no qual gostaríamos de nos deter, é sobre a questão de nacionalidade e do homem nacional. O homem nacional machadiano é, antes de tudo, um homem regional, um homem do seu tempo e, principalmente, de seu espaço. A discussão sobre o espaço ainda é muito pouco trabalhada, e a importância do espaço para a compreensão das discussões sobre identidade e região é fundamental para poder esclarecer certas interpretações sobre Machado de Assis.

Assim apresentado, pretende-se, neste artigo, demonstrar alguns aspectos sobre a identidade nacional ligada, principalmente, à identidade cultural, buscando uma aproximação com a história regional, que, por sua vez, liga-se ao conceito de território. Na minha fala, faço uma aproximação

de um conto de Machado de Assis, onde as interpretações de sua obra sobre a nacionalidade são todas baseadas na idéia que o autor tem de seu espaço e de seu tempo. Essa procura de nacionalidade é calcada em dois momentos distintos:

Em primeiro lugar, a tentativa de se desvencilhar dos “cordões umbilicais” de Portugal e da Europa, que influenciam diretamente os costumes e a cultura brasileiros, desde o período colonial aos dias de hoje. De outro lado, os historiadores legitimam o espaço de produção quando afirmam haver um instinto de nacionalidade no século XIX, quando é também em nossa época que a nacionalidade se faz presente. Basta-nos citar o exemplo dos eventos comemorativos sobre os 500 anos do descobrimento do Brasil e a quantidade de cursos, palestras e textos sobre identidade nacional.

Identidade nacional: ser ou não ser

Existe uma interessante crítica ao trabalho de Stuart Hall, sobre seu livro *A questão da identidade cultural*, feita por Eduardo Menezes. A crítica parte principalmente da seguinte afirmação: “A questão da identidade tem sido debatida intensamente na teoria social” (Hall, 1998, p. 7), na qual Menezes rebate:

Ora, tal afirmação parece mais ingênua que leviana, visto que, em geral, justamente o que não encontramos são estudos que debatam essa questão no quadro de efetiva teoria social. Bem ao contrário, quando o tema se tornou moda nas últimas décadas, a noção de identidade foi assumida como moeda corrente sem discussão e dessa forma impôs-se como rótulo avassalador na maioria dos trabalhos nessa área. Foi assim que se aceitou, sem análise mais densa e até sem análise nenhuma, que havia uma suposta “crise de identidade” mais ou menos por toda parte. Concomitantemente, passou-se a falar de “mudança de paradigmas”, “globalização” e outras expressões recorrentes, dissimulação e sintoma de verdadeira crise teórica (Menezes, 2000).

Menezes ainda vai mais longe, constatando que o próprio Hall entra em contradição ao afirmar que não existe ainda uma idéia do que seja identidade nacional, e o próprio conceito não é muito discutido:

Ele confessa tranqüilamente que sobre o assunto são divergentes as opiniões da confraria sociológica e que “o próprio conceito com o qual estamos lidando – identidade – é muito complexo, pouco desenvolvido e malcompreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente testado”. Algumas páginas mais na frente, ele reconhece: “Assim, ao invés de falarmos de identidade como

algo concluído, deveríamos falar de identificação, e vê-la como processo em andamento”. Para enfim, mais adiante, sublinhar outra vez o caráter problemático da noção de identidade como categoria válida para análise desse objeto (Menezes, 2000).

Essa discussão serve para nos alertar sobre a dificuldade existente para se compreender a extensão desse tipo de conceito com o qual estamos lidando. Quando falamos de identidade nacional, identidade cultural ou identidade regional, elevamos essas noções ao extremo, a fim de obtermos um efeito mais comprometedor com o leitor. As práticas discursivas fundamentam essa discussão e transgridem os elementos de fixação da memória, que, por sua vez, se reconcilia com a identidade que lhe é “vestida”.

Essa identidade nacional serve para romper com as diferenças existentes num conjunto da sociedade ou de um território. Quando busco uma identidade em Machado de Assis, eu elimino as diferenças existentes em detrimento de algo maior: eu procuro elementos de investigação capazes de suprir uma lacuna existente, como a praticada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1839.

O objeto principal de Machado de Assis é o comportamento humano. Esse horizonte é atingido mediante a percepção de palavras, pensamentos, obras e silêncios de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro durante o Segundo Império. A referência local e histórica não é de somenos; e para a crítica sociológica é quase-tudo (Bosi, 1999, p. 11).

É, no entanto, na referência local que se apresentam os elementos de análise de Machado de Assis. O comportamento humano e a percepção desse comportamento “de homens e mulheres que viveram no Rio de Janeiro” definem a importância de se reconhecer o valor intrínseco da região sobre a Nação. Com isso não quero menosprezar essas interpretações e nem pôr em outra instância tais questões. A busca dessa identidade nacional também é importante para libertar-nos do “colonialismo mental” baseado em idéias e tendências vindas de outras localidades. É uma forma de extirpar o “imigrante”, eliminando as diferenças e interiorizando-o com representações para o Brasil.

A busca pela identidade cultural parte da necessidade de se libertar de uma consciência colonizada. Existe legitimidade em buscar essa noção de identidade? Essa busca por uma identidade surge no Brasil entre os anos 30, com os grandes retratistas, como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., buscando, por meio da Psicologia, da História, da Sociologia e da Economia, a índole do povo brasileiro. Vai seguindo nas décadas seguintes. Como bem ressalta Eduardo Diatahi Menezes,

é, sem dúvida, Erik H. Erikson quem, em 1950, no seu *Infância e sociedade*, introduz nas ciências humanas uma reflexão sistemática sobre a noção de identidade pessoal e social. Os cientistas sociais, todavia, desprezaram essas pesquisas sobre o assunto, que só vão despertar interesse já nos anos 70, em parte como consequência de vários movimentos sociais ocorridos um pouco antes (Menezes, 2000).

Nas décadas de 70 e 80, as pesquisas em torno desses conceitos ganham força nas academias, e diversos trabalhos surgem na tentativa de se buscar a “identidade nacional” do brasileiro.

Portanto, quando passamos para o âmbito das realidades socioculturais – um povo, uma nação, uma etnia, uma região, etc. – que se constroem e se reconstróem incessantemente num inelutável processo de mutação histórica, aí parece perfeitamente equívocado propor a problemática de sua interpretação em termos de identidade cultural ou nacional. Já de si, a divisão do real em coisas e processos constitui algo extremamente problemático [...] não comportam evidentemente esse tipo de operação de identidade. Todo um conjunto de dispositivos de poder, de recursos de enculturação e de construção e transmissão de uma memória compartilhada projeta no imaginário coletivo a ilusão ou, melhor, a invenção de uma realidade “permanente”, de onde decorreria o equívoco da identidade (Menezes, 2000).

Vimos que identidade está ligada diretamente ao espaço e à memória que esse espaço fornece para a sociedade. A região do Rio de Janeiro continha todos os elementos necessários para que ela fosse a desencadeadora de uma identidade nacional, onde os literatos do final do século XIX encontraram o ambiente propício para a legitimação do seu espaço enquanto lugar de produção da nacionalidade brasileira.¹

Uma geração que viveu da literatura: uma “panelinha” chamada ABL

Num interessante artigo escrito por Álvaro Simões, intitulado “Uma geração que sonhou viver da literatura”, podemos perceber as dificuldades que os literatos das últimas décadas do século XIX passaram, quer enquanto reconhecimento social de seu trabalho, quer financeiramente, deixando para grande parte dos escritores um outro ofício que garantiria seu sustento. Por outro lado, Simões demonstra que os literatos entraram no processo ideológico dos jornais para se enquadrar no papel desempenhado por esse potente meio de comunicação.

O reconhecimento da profissão de escritor, assim como os direitos autorais conquistados, são questionados pelo autor do artigo que se pergunta: Essa “autonomia” realmente existiu, ou pelo contrário, fez com que os grandes proprietários de jornais manipulassem os escritos ao seu bel prazer?

Supostamente, os interesses dos literatos passavam pelo crivo das chamadas “panelinhas”, que tinham assegurados para si, os melhores jornais para se sustentarem. Machado de Assis certamente fez parte da nata dos literatos entre os anos de 1860-1870, período em que começa a haver um reconhecimento do valor intrínseco da profissão do literato. Mas é somente com a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, a partir do reconhecimento governamental, que podemos considerar a independência financeira da “panelinha” de Machado de Assis e de Olavo Bilac, entre outros.

Esse contingente restrito, que legava um “lugar ao sol” – aos poucos escritores, saídos dos becos e bares da famosa vida boêmia – representava, o álcool e a poesia. Depois dos reconhecimentos social e político, alguns privilegiados tornaram-se membros de uma elite intelectual e freqüentavam, tão-somente os grandes bailes, os fartos jantares que recebiam esses novos-nobres para partilhar e conviver uma vida abastada.

A representatividade e o reconhecimento intelectual, nas últimas décadas do século XIX, permitiram que alguns escritores pudessem sobreviver com seus folhetins, contos, livros e poesias. Machado de Assis foi um desses que participou dos momentos mais pomposos da Academia Brasileira de Letras, e pôde gozar das benesses sociais que a eles eram dispensadas.

Mas, se os reconhecimentos social e político permitiram a esses poucos escolhidos uma vida mais tranqüila,² por outro lado, para continuar nesse círculo, era necessário manter-se dentro dos padrões que essa sociedade permitia. Os escritos de Machado de Assis referem-se a uma elite, à classe mais nobre do Rio de Janeiro, aos contos políticos e sociais, sem, entretanto, deixar-se cair na mesmice dos pequenos escritores. Machado de Assis conseguiu conciliar a prebenda social com uma certa liberdade de expressão, cunhada certas vezes, implicitamente, em suas obras.

A literatura jornalística não apenas ampliou e fortaleceu os vínculos do autor brasileiro com seu público, que também cresceu devido à ação do jornal, mas também – e principalmente – forneceu infraestrutura necessária para o estabelecimento da própria vida intelectual no país (Simões, 1998, p. 92).

Essa liberdade em Machado de Assis foi apontada por José Veríssimo em *História da literatura*, assim como a construção de uma nacionalidade aberta pelos indianistas, que ganhou novos tons com o escritor:

Nos contos e novelas [...] havia já uma notação exata, ou antes uma clara intuição de nossas íntimas peculiaridades nacionais. O sempre progressivo exercício dessa faculdade de análise do ambiente [...] faria de Machado de Assis não obstante [...] o mais intimamente nacional dos nossos romancistas, se não procurarmos o nacionalismo somente nas exterioridades pitorescas da vida ou nos traços mais notórios do indivíduo ou do meio (Veríssimo, 1998, p. 775).

É essa interiorização do sentido de nacionalidade, cunhada na representação do nacional a partir do regional, que buscamos no conto “O Espelho”. O limiar exterior alcançado com romances como *Iracema* e *O Guarani*, dentre outros, que exteriorizavam a nacionalidade do País por meio da provocação e da exaltação dos símbolos máximos da pátria-mãe, encontram ecos nas linhas gastas de Machado de Assis. É no interior subjetivo do personagem que se delinea a construção de uma nacionalidade que ainda não se reconhece como tal, ou ainda não está pronta para ser reconhecida.

O conto trata da história do alferes Jacobina, que vai visitar uma parenta próxima, tia sua. Reconhece-se enquanto sujeito ativo no enquadramento dispensado por aqueles que o cercam. Ao se ver sozinho, por força do destino, seu reflexo torna-se amiúde desconhecido. Os poucos escravos que ficaram em sua companhia, deixaram-no só. A solidão criou laços tão fortes, que rompê-los custará mais que seu reflexo.

História regional: uma perspectiva

O estudo sobre história regional, principalmente nos espaços mais recentes onde o homem branco chegou com machados e serras, destaca-se, principalmente, pela busca de uma identidade regional, onde o *pioneiro* torna-se herói, e o *vencedor* encarna a visão do vitorioso. A pesquisa nesse campo é ainda recente, mas é possível perceber um panorama desses estudos. O que nos interessa de imediato é a percepção que o *nacional* e o *regional* adquirem com o tempo/espaço.

Sabemos que as tentativas de se legitimar um espaço, tendo em vista sua própria história, como é o caso do Paraná, ajudou a estimular uma busca por se entender essa identidade regional. No final da década de 80 e no início da de 90, alguns historiadores começaram a questionar esse “mito” criado em torno de alguns heróis regionais, onde a história dos vencedores ainda hoje é mantida, apesar dos esforços desses historiadores.³

Nessa perspectiva, todo trabalho surgido no Paraná sobre qualquer tema, mesmo que recorrente na historiografia, é aceito na academia como um trabalho de “história regional”, enquanto que outro trabalho, vindo das “capitais” como do Rio de Janeiro e de São Paulo, adquirem um outro caráter, algo mais abrangente, um estudo nacional. Quando busco apontar esses efeitos nas interpretações feitas das obras de Machado de Assis, na realidade, estou despertando um desejo de entender o porquê dessas diferenças. Para além de identidades regionais, essa discussão atinge o campo dos estudos sobre o território, as disputas de poder e a legitimidade de determinados substratos intelectuais que determinam onde e o que se escreve.

Quando Francisco Falcon (1996) escreve sobre a identidade do historiador e sobre os complexos meios de produção, na tentativa de se reconhecer enquanto produto e produtor de “História”, devemos levar em conta o campo de produção do conhecimento. O protocolo de leitura de que nos fala Chartier (2001) é condicionado para além do autor, da obra e da aceitação do público, por todo um sistema de circulação que é parte fundamental dessa identidade.⁴

Esses aparelhos de circulação de obras historiográficas estão sujeitos a elementos que vão além da obra produzida pelo historiador. A qualidade do papel em que são impressas as obras, a editora responsável pelo alcance que as obras terão no Brasil, sua divulgação, e a forma estética da obra também são importantes, dentre outros fatores que, se não determinam, ao menos condicionam o que o leitor levará para casa para ler. Essas questões estão diretamente ligadas à idéia de identidade nacional criada pelos grandes centros desses saberes.

Quando eu busco minha identidade, ou a identidade de um autor do século XIX, é sobre a matéria de sua vida que busco sua identidade. Machado de Assis viveu e escreveu no Rio de Janeiro. Mesmo lendo autores como Vitor Hugo, Schopenhauer e Goethe, suas influências e suas interpretações são de um cidadão do Rio de Janeiro. Suas crônicas, livros e folhetins são matérias que identificam o autor com seu tempo e com seu espaço.

É sempre válido lembrar que, identidade nacional ou regional está ligada diretamente com a identidade cultural. Essas culturas nacionais e regionais nascem da identificação com essa cultura. Para não nos aprofundarmos muito nessa discussão, apenas ressaltaremos alguns pontos importantes para se compreender melhor essa discussão.

As ligações, em forma de identidade com a terra, são um dos pontos importantes, pois nos leva a pensar a noção de espaço.⁵ Outro ponto é que o território está intrinsecamente ligado à nacionalidade. Quando afirmamos que Machado de Assis e Identidade Nacional são elementos para a

compreensão de uma identidade cultural, ela é, antes de qualquer coisa, uma busca dos “intérpretes” machadianos para encontrar nas obras, rastros culturais que identifiquem o autor com a Nação.⁶ A cultura e a identidade são processos surgidos dentro de um espaço definido. Quando lemos Machado de Assis, lemos um espaço, uma cultura e uma identidade formados por esses elementos. Na tentativa de se construir um legado para a memória, esse legado é partilhado dentro de um território, convivendo com essas mesmas memórias, permitindo que elas se perpetuem.

Quando me afasto do espaço em que são produzidas essas memórias, vendo-as como se elas não fizessem sentido,⁷ eu consigo entender por que se construiu essa idéia de identidade nacional para se legitimar uma memória que é, na realidade, uma memória regional que se perpetuou enquanto lugar privilegiado de memória, nesse caso, dos grandes centros acadêmicos. Como salientou Stuart Hall,

a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional (Hall, 1997, p. 54).

Mas se essa “cultura nacional” enquanto forma de discurso permite construir um sentido de nação, por meio de símbolos e de representações, então, a literatura é chave no século XIX, tanto pela sua influência quanto pela importância de sua existência, ao lado do jornal, no Brasil. Mas será que essa identidade nacional realmente *unifica* uma nação? Pode ser que essa identidade apareça na relação com o outro, com o de fora. Somos brasileiros, que procuramos uma identidade, mas aqui, somos paranaenses, paulistas, “pés-vermelhos”, “coxas-brancas”, dentre outras identidades. Mas quando existe uma polissemia e quando essa identidade nacional produz elementos que se identificam com o interlocutor, então esse vínculo rompe o fosso que separa as diferenças espaciais.

Instinto de nacionalidade: uma necessidade

A busca pela nacionalidade, já despertada em Machado de Assis nos trabalhos de crítica literária, manifesta o desejo ardente de se constituir enquanto obra amparada pela construção e transformação histórica da nacionalidade brasileira. Havia anunciado Machado de Assis:

Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem de duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo (Assis, 1970a, p. 129).

A necessidade de um sentido nacional criva o pensamento machadiano de trevas e luzes. Pela tinta da pena de Machado de Assis, é possível encontrar um Machado histórico (Cano, 1998), que necessita de uma nacionalidade, mas que, infelizmente, percebe ainda imaturas as falanges nesse sentido. O receio prudente da racionalidade positivista, do argüir sintético ao prosaico sentimento de rompimento do cordão umbilical com Portugal, desperta de ânimos e estímulos, o novo, o lúdico, a representatividade verde-amarela das intencionalidades abstratas na composição das obras literárias.

O princípio basilar nessa perspectiva é erradicar a opinião comum no pensamento da época que entendia nacionalidade enquanto expressão exacerbada das cores, dos animais, das flores e dos frutos do País. Na relação, autor-obra, há de se perceber que, erroneamente “ [sic] só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, ao ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura” (Assis, 1970a, p. 134). Limitaria e tolheria as fontes infundáveis disponíveis aos literatos, uma vez que

um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto (Machado de Assis, p. 144).

Mas essa nacionalidade, interpretada como falácia ao rompimento com Portugal e de construção imagética sobre categorias simbólicas, com feriados, símbolos, ritos e outras *independências*, não seriam categorias de elementos fundamentais para se pensar o espaço do Rio de Janeiro como elemento corruptor dessa nacionalidade, haja vista sua importância no século XIX?

Essa universalidade das categorias dos literatos permite que entendamos Machado de Assis como ele é, ou seja, com um “homem de seu tempo”. Essa maleabilidade – subjetiva – permite que o autor se relacione com sua temática aqui e alhures, livre dos grilhões nacionalistas, para poder ser e exprimir um sentimento de nacionalidade.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (Machado de Assis, p. 135).

Essa afirmação permite redimensionar a noção de espaço e de tempo no literato. O alimento da literatura empobrece apenas com guloseimas da região, não há dúvida, mas o tempero dessa “literatura nascente” é totalmente do Rio de Janeiro (a Corte e a República). O sentimento de pertencimento ao País não muda o fato de se estar escrevendo numa região, influenciando e sofrendo influências, pensando a partir de elementos que circundam e inundam essa cadeia alimentar.

O espelho: quem, quando, onde?

Vamos nos deter, por hora, em algumas questões como o conto “O espelho”. Primeiramente, encontramos uma dificuldade de distinguir um espaço temporal no conto. Poucas são as referências – talvez com exceção da origem do espelho – que nos permita identificar um ponto espaço-temporal e delimitar os avanços retilíneos dessas passagens.

Era um espelho que lhe dera a madrinha, e que esta herdara da mãe, que o comprara a uma das fidalgas vindas em 1808 com a corte de D. João VI. Não sei o que havia nisso de verdade; era a tradição. O espelho estava naturalmente muito velho; mas via-se-lhe ainda o ouro, comido em parte pelo tempo, uns delfins esculpidos nos ângulos superiores da moldura, uns enfeites de madreperla e outros caprichos do artista. Tudo velho, mas bom (Machado de Assis, 1970b, p. 140).

Se o tempo e o espaço se limitam a comprometer a identificação no conto, por outro lado, encontramos no ermo pluralístico e, nos desejos íntimos de Jacobina, personagem central da trama, a construção de uma nacionalidade, ainda em fase púbere que não se reconhece enquanto ser-nação. O espelho que reflete a imagem não se reconhece enquanto sentido, mas enquanto expressão de algo que não se vislumbra perfeitamente. A nitidez do espelho se faz no contato com as lembranças do alferes, que busca, na carcomida moldura, um tempo que se rememora imemoravelmente:

A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência européia, trazem já uma feição mista e ademanos diferentes (Machado de Assis, 1970a, p. 137).

Pela moldura – velha e carcomida – pode-se perceber uma certa nostalgia dos tempos de outrora. A vinda da família real justificaria a existência pusilânime do espelho. Poderiam ser milhares de outros espelhos adquiridos em qualquer loja, mas não. Havia a necessidade de se considerar uma procedência, que indicaria a qualidade e a importância do material adquirido que a tia de Jacobina, insistentemente, fazia questão de esboçar. O espelho representa a nobreza que decaí ante a ação do tempo. Há refúgios de ouro e madrepérolas, que agem na moldura, lembrando dias prósperos. Seria o espelho a decadência imperial ante às investidas e agruras encontradas neste País? Como definir o momento histórico em que o texto está inserido?

Iremos por parte. Se 1808 é o ponto de início, onde encontramos a gênese do espelho, e se este agora está velho e carcomido pelo tempo, temos, então, algumas décadas para inserir o tempo em que se passa o conto. O personagem Jacobina contava com 50 a 60 anos, então, podemos supor que o tempo se passa entre 1858 ou 1868. O espelho assistira à volta de Dom João para Portugal, a subida e a queda de Dom Pedro I e o coroamento de Dom Pedro II. Refletiu o fim do tráfico, apesar de existirem alguns negros “sem-vergonha” que, na primeira oportunidade, fugiram entre outros acontecimentos de importância.

No início do conto, quando Jacobina em conversa com seus quatro interlocutores, afirma a existência de duas almas, uma interior e uma exterior, sugere que a alma exterior corporifica a existência, o mundo material, enquanto que a alma interior é a consciência, o mundo do espírito. Admitindo a mutabilidade da existência corporal da alma enquanto substância, seria admitir que a nacionalidade também muda conforme o vento que o abjura. A subjetividade do sujeito histórico, que entra em conflito com o “eu” exterior – nação – do “eu” interior – sujeito – subentende que a singularidade que reza as circunstâncias apresentadas transforma-se num ritmo pessoal a cada um.

O título de alferes, recebido por Jacobina, e o galante uniforme que sincronizava em uníssono as benesses e os desagradados desse título, aplaudido e invejado pelos moradores da vila onde residia, tinham um significado. O uniforme, assim como o espelho, são as chaves centrais do conto. O uniforme é a nacionalidade exterior de cada um, o sentimento de ser e de se sentir brasileiro; o espelho representa a alma interior, que reflete e se reconhece enquanto nação, na medida em que o sujeito interage com o objeto. O reflexo do espelho (alma interior) corresponde ao grau de reconhecimento de uma nacionalidade difusa e vaga nos grandes sertões brasileiros.

O sítio “escuso e solitário” de tia Marcolina, distante algumas léguas da vila, num lugar inóspito, ermo, pode ser interpretado como um lugar ainda virgem de consciência nacionalista. E a farda, contrastando-se com o lugar, representava um modelo governamental que se reconhecia enquanto dominante numa sociedade ainda em desenvolvimento. É Jacobina quem afirma: “O certo é que todas essas coisas, carinhos e atenções, obséquios, fizeram de mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou” (1970b, p. 140).

Já no sítio, sozinho, longe de sua tia, abandonado pelos escravos, sua alma interior libertou-se dos grilhões exteriores.

O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado (Machado de Assis, 1970b, p. 140).

O conflito entre a alma interior e a alma exterior reflete a instabilidade em se construir uma identidade nacional. Pois, no “fim de três semanas, era outro, totalmente outro. Era exclusivamente alferes. O alferes continuava a dominar em mim, embora a vida fosse menos intensa, e a consciência mais débil” (Machado de Assis, 1970b, p. 141).

No reinado de Dom Pedro II, a construção de uma identidade nacional foi muito intensa. As encenações de poder, as cosmologias particulares próprias, ritos e símbolos como parte integrante de um Estado que tenta se constituir e construir uma identidade,⁸ a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), para criar uma nacionalidade, até então inexistente, são algumas das tentativas de o governo inserir uma memória nacional.⁹ Entretanto, essa construção de uma memória é terreno fértil demais para nos debruçarmos doravante. O objetivo deste artigo é encontrar uma nacionalidade em Machado de Assis, que, por si só, se mostra árdua tarefa.

Voltemos ao “O espelho” e notemos que a construção de uma nacionalidade está na luta incessante e dual entre a alma interior e a alma exterior. Essa luta, que surge no sujeito, que reflete e é reflexo dos que o cercam, faz da luta entre si uma manifestação metafísica do sentimento nacional que rondava 1882. O tempo em Machado de Assis corresponde ao interminável canto do “velho relógio”, que se arrasta. Como na política

e na instituição do segundo reinado, onde as premissas governamentais, desde Dom Pedro I, seguiram um ritmo intempestuoso, para Jacobina, “As horas batiam de século a século no velho relógio da sala, cuja pêndula tic-tac, tic-tac, feria-me a alma interior, como um piparote contínuo da eternidade” (Machado de Assis, 1970b, p. 142).

Esse estralar de dedos contínuo libertaria de vez a alma interior, que poderia ser livre, não fosse o ritual litúrgico em que se encontrava o corpo de Jacobina – o sono – de uma nação, que ora daria um passo à frente na absorção da nacionalidade, ora a sensação de fraqueza faria surgir novamente a alma exterior, o sujeito que luta entre ser nacional ou ser ele mesmo:

O sono, eliminando a necessidade de uma alma exterior, deixava atuar a alma interior. Nos sonhos, fardava-me orgulhosamente, no meio da família e dos amigos, que me elogiavam o garbo, que me chamavam alferes; vinha um amigo de nossa casa, e prometia-me o posto de tenente, outro o de capitão ou major; e tudo isso fazia-me viver. Mas quando acordava, dia claro, esvaía-se com o sono a consciência do meu ser novo e único – porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra, que teimava em não tornar (Machado de Assis, 1970b, p. 143).

Jacobina, então, começa a viver um drama de personalidade – nacionalidade!? – que reage aos encantos do espelho:

Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez para o espelho. Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana (Machado de Assis, 1970b, p. 143).

A contradição humana ainda necessitava de fios para se encaixar no pensamento que negara enxergar uma nacionalidade ainda confusa: “A imagem era a mesma difusão de linhas, a mesma decomposição de contornos” (Machado de Assis, 1970b, p. 144) a mesma figura que se reconhecia enquanto elemento, mas perdia sua identidade ao se defrontar com o objeto que despertará, em si, uma outra pessoa. Um estranho conhecido chamado Brasil.

Somente quando Jacobina vê, sem temores, a dimensão histórica que lhe permite observar-se enquanto observador, é que um vulto começa a ganhar forma, algo garboso, que em sonhos já conhecia. No momento em que o alferes se veste e se encontra consigo, é que podemos disser que o nacional e a nacionalidade amalgamam-se:

Lembrou-me vestir a farda de alferes. Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior (Machado de Assis, 144).

Quando Jacobina deixa-se reconhecer e perde o medo de encarar-se de frente, é que seus contornos ganham formas. A nacionalidade (mocidade) e a nação (maturidade) se encontram no indivíduo que é também a sociedade, a pequena sociedade de Machado de Assis, que excluía a grande parte da população. A luta da nacionalidade no conto “O espelho”, encontra-se no subjetivismo. É o sujeito que tem que se reconhecer enquanto nacional com a prática contínua de se ver mais vezes por meio do espelho, e enxergar a si, por si.

Esse tipo de fórmula já foi utilizado por Machado de Assis no livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, onde a densidade do personagem, num sonho, também rememora personagens que lutam para sobreviver dentro de uma só pessoa:

Eu gostava, às vezes, de imaginar esses contrastes de região, estado e credo. Alguns dias antes tinha pensado na hipótese de uma revolução social, religiosa e política, que transferisse o arcebispo de Cantuária a simples coletor de Petrópolis, e fiz longos cálculos para saber se o coletor eliminaria o arcebispo, ou se o arcebispo rejeitaria o coletor, ou que porção de arcebispo pode fazer num coletor, ou que soma de coletor pode combinar com um arcebispo, etc. Questões insolúveis, aparentemente, mas na realidade perfeitamente solúveis, desde que se atenda que pode haver num arcebispo dois arcebispos, – o da bula e o outro (Machado de Assis, 1970c, p. 404).

Antes de buscar uma nacionalidade no escritor, seu desejo é encontrar uma identidade, que o identifique como pertencente ao mesmo solo do Brasil. Vimos que o conto é ambientado no Rio de Janeiro e em suas circunvizinhanças, onde o inóspito (o cadinho dos sertões) ainda inexplorado é “o sítio escuso” da tia de Jacobina. O espaço determinante do ermo em contraste com a cidade é fundamental para se perceber como funciona essa dicotomia entre campo e cidade (Williams, 1989).

O reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito histórico se manifesta em suas próprias peias. Registramos, neste pequeno artigo, uma visão particular de um autor quanto ao sentimento de nacionalidade. Outros autores já trabalharam esse tipo de visão dos contos e romances de Machado de Assis, mas a questão de nacionalidade não se encerra nesses contornos já apresentados, vai além.

A riqueza e a profunda percepção das obras machadianas permitem ao historiador percorrer várias estradas num mesmo objeto, e encontrar tantos lugares quantos desejar. O próprio conto “O espelho”, não se esgota neste simples artigo. É possível e até necessário que se compreenda e explore mais essa dimensão tão pouca, ou mal-interpretada.

Na crítica literária escrita por Machado de Assis, ele já apresentava os primeiros acordes da relação sujeito-objeto, tão cara aos historiadores. Se “cada homem é homem de seu tempo”, e se cada sujeito interpreta o mundo a partir de seu ponto de vista, é também em Machado que encontramos uma outra dimensão histórica fundamental aos historiadores: “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum” (Machado de Assis, 1970a, p. 147).

Essa observação foi levantada por Marc Bloch: “A ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria ação” (Bloch, 1965, p. 39). E, vai além, a “incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (Bloch, p. 42). Por essas e outras, Machado se justifica enquanto fonte para o historiador. Temas tão discutidos entre historiadores e, nas práticas históricas, alçam vôos altos no livre pensamento do literato.

É o questionar de uma nacionalidade no conto “O espelho”, que encontramos Jacobina em conflito consigo mesmo. Uma sociedade que é vazia, que precisa se reconhecer a partir de outrem – alferes. É a dúvida do homem e da nacionalidade, do alferes e da nação. O conflito impediu o reconhecimento e a aceitação, o “olhar” ao espelho rompe com uma postura retrógrada, e desfaz os vultos ínvios que rondam a Corte e o Império. O enfrentar do sujeito e ao aceitar sua nacionalidade como parte de si mesmo, deixando o pensar de estranhamento ante sua própria condição, são o ponto primordial dessa interpretação.

A dualidade entre o eu (que se vê) e o eu (que os outros vêem) é alternada pela perspectiva do autor. O conflito é inevitável, assim como aceitar uma memória que não é sua. Talvez, “O espelho” – esboço de uma nova teoria da alma humana, seja a representação da dificuldade de o homem aceitar a criação de uma memória que não é sua, visto que foi construída, e, ao mesmo tempo, aceitar essa memória enquanto sua própria criação. O conflito é inevitável, e sua aceitação é só uma questão de tempo.

O alferes eliminou o homem, e o homem eliminou o espaço: epílogo

Segundo José Honório Rodrigues, o Brasil sempre teve um sentimento de nacionalidade desde a época de Dom Pedro I. Esse

sentido profundo da nossa história nacional: A unidade é o tema central, é a motivação permanente. Desde o princípio a unidade foi uma aspiração partilhada por todos. O sonho de um Brasil, único e indivisível, dominou todos os brasileiros (demonstrando) o orgulho nacional nascente (Rodrigues, 1975, p. 301).

Afirma Richard Graham, comentando a obra de Bradford Burns, sobre o sentimento de nacionalidade brasileiro, precocemente pairando em nossa cabeça:

O Brasil apareceu e cresceu como uma nação unificada graças, pelo menos em parte, ao nativismo viril ou nacionalismo precoce. Esse “sentimento nacional” e “sentimento de devoção à sua terra natal”, acrescenta Burns, “ajuda a explicar por que aquele gigantesco país, diferente das outras enormes áreas administrativas da América Latina colonial, não se fragmentou após a independência”. Rodrigues, Oliveira Lima e Burns tomam como certa a unidade brasileira. Eles precisam apenas estabelecer que alguns brasileiros nativos vêem a si mesmos como diferentes e oprimidos por parte daqueles que nasceram em Portugal e, pronto, aí está a nação, única e unida (Graham, 2001, p. 15).

Quando Machado de Assis escreveu o conto “O espelho”, o

processo que levou ao fim do Império e à proclamação da República, desencadeou o desejo ou o esforço de “atualizar” o Brasil com o ritmo das nações européias ou com os Estados Unidos. Uma das questões que passou a ser objeto de preocupação dos novos detentores do poder foi o problema da integridade do território nacional (Arruda, 2000, p. 19).

Esses elementos ligam-se ao fenômeno da urbanização das grandes capitais no final do século XIX, como o Rio de Janeiro e São Paulo. A urbanização torna-se sinônimo de “civilidade”, e o sertão brasileiro, agreste e inóspito vira lugar de barbárie. Tem então surgido a dicotomia campo e cidade. Pólos antagonísticos que reverberam numa mesma direção. Essa dicotomia já foi discutida em trabalhos como de Raymond Williams, Pierre Bourdieu e Gilmar Arruda, entretanto, o que ganha a legitimidade desses fenômenos são os lugares de produção de tal dicotomia.

Quando lemos Machado de Assis, na procura de uma identidade nacional, estamos legitimando o seu espaço enquanto produto dessa nação, o mesmo ocorrendo com os “intérpretes” dessa leitura. Um fenômeno inverso ocorre quando alguém, de fora desse centro busca ao invés de uma identidade nacional, uma identidade regional. O motivo é que ele não se encontra incluso na nacionalidade, ele procura entender esse processo no discurso criado na sua região, nesse espaço historicamente construído. Como afirma Arruda, podemos dizer que “região é um espaço geográfico atravessado pela história que o institui enquanto referência para os próprios homens”. E que “região não existe *a priori*, é resultado de uma série de representações que possuem historicidade” (Arruda, 2000, p. 24).

A noção do que é nacional e do que é regional é um pouco difusa e muito complexa. Entretanto, escolhemos esse mote para insistir na idéia sobre o espaço, assim como o tempo, influenciando diretamente o produtor de uma obra. Ao lermos Machado de Assis, particularmente o conto “O espelho”, estamos assegurando uma categoria de análise baseada na identidade nacional entendida como junção de um território e eliminação das diferenças espaciais; por outro lado, o “ser” nacional não impede que percebamos o quão estão entranhadas as influências do espaço na produção do que significa ser nacional.

É fácil separar o campo da cidade e, em seguida, distinguir as modalidades de literatura correspondentes: a rural ou regional e a urbana ou metropolitana. A própria existência destas formas diversas, no século XX, em si já é significativa, como reação a uma história concatenada. Mas há sempre alguns escritores que enfatizam as conexões, e entre eles há uns poucos que vêem a transição em si como algo decisivo, na complexidade de uma interação e de um conflito de valores (Williams, 1989, p. 356).

O que pretendíamos, sem suma, era assegurar o caráter das interpretações de identidade nacional existentes na obra de Machado de Assis, indicando sua importância para se construir uma memória nacional e libertar-se dos grilhões europeus. Entretanto, o mote central deste artigo foi indicar uma outra possibilidade de interpretação do “ser nacional” olhando por outro viés, ou seja, de uma visão regional, apontando a possibilidade de entender a identidade como um processo surgido dentro de um espaço socialmente condicionado. Tentamos demonstrar que a identidade cultural de uma obra está, acima de tudo, no espaço regional de que ela emerge, surgida de um discurso que legitima o espaço nacional. Se, como disse Machado de Assis, todo homem é homem do seu tempo, acrescentaria que, todo homem é homem do seu tempo e do seu espaço.

Notas

¹ Segundo Sílvia Cristina Martins de Souza, o teatro nacional, desde 1832, já buscava afirmar a nacionalidade brasileira, por meio do teatro. A peça de Gonçalves de Magalhães, por exemplo, intitulada Antônio José, encenada em 1838 foi “produto oriundo de dois objetivos bem definidos: o de dar início ao teatro brasileiro e o de fazê-lo com uma peça de assunto nacional. Decorre desse duplo propósito a operação particularmente complicada de montar um enredo procurando inventar retroativamente uma nacionalidade desejada, a partir da figura de um indivíduo que nasceu no Rio de Janeiro” (2001, p. 36).

² É importante deixar claro que muitos dos escritores e literatos do final do século XIX enfrentaram grandes dificuldades financeiras. A grande maioria sobrevivia de trabalhos paralelos como juristas, jornalistas, advogados e outras profissões, deixando a poesia e o conto para as horas de folga. Em detrimento à criação da “panelinha” da Academia Brasileira de Letras em 1897, alguns anos depois, em 1900, criou-se a Academia Livre de Letras, da qual fizeram parte Paula Ney, Osório Duque-Estrada, Emílio Menezes, dentre outros. Cf. SIMÕES JR., Álvaro Santos. Uma geração que sonhou viver de literatura. *Revista Pós-História*. v. 6. p. 89-100, 1998.

³ Destaco, na cidade de Londrina, os trabalhos do sociólogo Nelson Dácio Tomazzi, com sua dissertação de mestrado. 1989. *Certeza de lucro certo e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*, 1989. Dissertação (Mestrado) – Unesp, São Paulo, 1989. ADUM, Sônia Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930-1960*. 1992 Dissertação (Mestrado) – Unesp, São Paulo, 1992. Outro importante

trabalho nesse sentido é a obra de Miguel Arias Neto intitulado: *O eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. Londrina: UEL, 1998.

⁴ Há uma radical diferença entre esses dois conceitos: identidade supõe uma metafísica idealista estática; identificação remete para uma gênese dialética ou a um processo agonístico, próprio das formações sociais e históricas, cujo modelo simbólico se expressa imperfeitamente na sina de Sisifo. Ver: Menezes (2000).

⁵ Ressalto que, etimologicamente, a palavra território significa vigilância e não está ligada ao conceito terra. Assim, quando remetemos o termo identidade com território, significa que a identidade está ligada à vigilância sobre o espaço em que é produzida essa identidade.

⁶ Etimologicamente, a palavra cultura vem de cultivar, criar um *habitat* e produzir os próprios alimentos. Assim, cultura e identidade estão interligadas ao espaço em que se produz essa cultura.

⁷ Refiro-me ao artigo intitulado: “Estranhamento”, em que o autor Ginzburg propõe uma forma de análise, por meio do estranhamento, ou seja, olhar as coisas como se elas não tivessem sentido, na tentativa de se acabar com a banalização da realidade. Ver. Ginzburg (2001).

⁸ Essas construções de identidade, que fizeram parte da História do Brasil, também tiveram suas manifestações com Rui Barbosa, que tentou “eliminar” todo e qualquer documento que mostrasse a existência de escravidão no País, com o intuito de apagar uma memória e reconstruir uma outra: a da não-existência de escravidão nas terras tupiniquins. Cf. SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocra-

tização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 10, p. 166-196. mar./ago. 1985.

⁹ A idéia de memória nacional, assim como a criação de uma identidade nacional, podem ser definidas brevemente como a tentativa de o governo imperial constituir e criar uma memória que legitimasse a

existência de sua nação. Se não existisse uma História do Brasil, essa poderia ser “inventada”, e foi o que se fez. O IHGB, fundado por Dom Pedro II, teve como objetivo construir uma memória para o território brasileiro, buscando documentos, títulos, entre outras “provas” documentais, para justificar toda uma memória que se constituía enquanto construção histórica.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado. Crítica Literária. In: *Obras completas*. São Paulo: Brasileira, 1970a.

_____. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. In: _____. *Papéis avulsos*. São Paulo: Brasileira, 1970b.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Brasileira, 1970c.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Tradução de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Imperial, 1965.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política*. São Paulo: Pólis, 1983.

CANO, Jefferson. Machado de Assis: historiador. In.: CHALHOUB, S.; MIRANDA, Leonardo Pereira. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sonia Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento: pré-história de um procedimento literário. In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. *Revista Diálogos*, Maringá, UEM, 2001.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Coleção Textos Didáticos*, Campinas, Unicamp, n. 18, 1998.

_____. *Identidades culturais na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 1997.

MENEZES, Eduardo Diatay B. de. Crítica da noção de identidade cultural. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. SIMPÓSIO: SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E BRASILIDADE, 22., 2., Brasília: 2000. *Anais...* Brasília, 2000.

SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10. 1985.

SIMÕES JR., Álvaro Santos. Uma geração que sonhou viver de literatura. *Revista Pós-História*. São Paulo, v. 6, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a*

Machado de Assis (1908)

. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

